

Despacho (extracto) n.º 16 563/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça de 30 de Junho de 2005:

Serafim Fernando Gouveia Cardoso, técnico de justiça-adjunto, em licença especial, no exercício de funções na Região Administrativa Especial de Macau — prorrogada a referida licença pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005.

11 de Julho de 2005. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho (extracto) n.º 16 564/2005 (2.ª série). — Por despachos de 7 de Julho de 2005 do director-geral dos Registos e do Notariado:

Licenciada Carla Maria Lopes Fonseca, auditora dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 21 de Junho de 2005, por ter tomado posse como notária privada.

Licenciado João Ricardo da Costa Menezes, auditor dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 21 de Junho de 2005, por ter tomado posse como notário privado.

Licenciada Rita Lança Moreira de Magalhães, auditora dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 21 de Junho de 2005, por ter tomado posse como notária privada.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

13 de Julho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 16 565/2005 (2.ª série). — Por despachos de 7 de Julho de 2005 do director-geral dos Registos e do Notariado:

Licenciada Margarida Maria Nunes Correia Pinto Regueiro, auditora dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 23 de Maio de 2005, por ter tomado posse como notária privada.

Licenciada Maria Inês Meira Martins Cêpa, auditora dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 23 de Maio de 2005, por ter tomado posse como notária privada.

Licenciada Paula Cristina Silva Leite, auditora dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 23 de Maio de 2005, por ter tomado posse como notária privada.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

13 de Julho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 16 566/2005 (2.ª série). — Por despachos de 7 de Julho de 2005 do director-geral dos Registos e do Notariado:

Licenciado António Maria Caldeira Laboreiro de Villa-Lobos, auditor dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 24 de Maio de 2005, por ter tomado posse como notário privado.

Licenciado Gabriel José Rodrigues Fernandes, auditor dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 24 de Maio de 2005, por ter tomado posse como notário privado.

Licenciada Catarina Sofia Martins da Costa Silva, auditora dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 24 de Maio de 2005, por ter tomado posse como notária privada.

Licenciada Isabel Alexandra Lima Queiroz, auditora dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 24 de Maio de 2005, por ter tomado posse como notária privada.

Licenciada Ana Maria Cunha de Almeida, auditora dos registos e do notariado em regime de contrato administrativo de provimento celebrado ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto — rescindido o contrato administrativo de provimento com efeitos desde 24 de Maio de 2005, por ter tomado posse como notária privada.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas)

13 de Julho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 16 567/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 18 de Janeiro de 2005, no exercício de competência delegada:

Licenciada Teresa Paula Baptista Duarte de Carvalho Chaves, técnica superior de 2.ª classe, escalão 2, índice 415, do quadro de pessoal do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P. — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, em 1 de Fevereiro de 2005.

2 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 16 568/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Março de 2005, no exercício de competência delegada:

José Joaquim de Oliveira Goulão Gardete, técnico especialista (área de engenharia técnica agrícola), escalão 2, índice 475, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Florestais — transferido, para a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

3 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 16 569/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 12 de Abril de 2005, no exercício de competência delegada:

Ana Maria Catalão Carrasquinho Paulista, assistente administrativa principal, escalão 3, índice 244, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral em 1 de Maio de 2005.

9 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 16 570/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 12 de Abril de 2005, no exercício de competência delegada:

Maria Caeiro Gomes Tonaco Azeda, assistente administrativa especialista, escalão 5, índice 337, do quadro de pessoal do Instituto de Estradas de Portugal — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

9 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 16 571/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 12 de Abril de 2005, no exercício de competência delegada:

Ercília Maria de Almeida Ferreira Marques Garcia, assistente administrativa especialista, escalão 5, índice 337, do quadro de pessoal do Instituto da Comunicação Social — transferida com a mesma

categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral em 1 de Maio de 2005.

9 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 16 572/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Abril de 2005, no exercício de competência delegada:

Ana Cristina Rodrigues de Campos, assistente administrativa, escalão 1, índice 199, do quadro de pessoal do Hospital de Egas Moniz, S. A. — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, em 1 de Maio de 2005.

11 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 16 573/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 25 de Maio de 2005, no exercício de competência delegada:

Maria da Conceição de Sousa, assistente administrativa especialista, escalão 4, índice 316, do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005.

8 de Junho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 16 574/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Junho de 2005 do director nacional da Polícia Judiciária:

Licenciada Ana Cristina de Matos Casimiro da Costa Mourão, especialista superior do escalão 4 do quadro da Polícia Judiciária a exercer, em comissão de serviço, o cargo de chefe de área na mesma Polícia — renovada a referida comissão de serviço. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Junho de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 16 575/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, delego no licenciado António José Ramos Caniço, director do Departamento Central de Informação Criminal e Polícia Técnica e no licenciado Nelson Roda Inácio, director do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito dos respectivos serviços:

- 1) Conferir posse e assinar termos de aceitação;
- 2) Justificar e injustificar faltas;
- 3) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- 4) Autorizar deslocações em serviço;
- 5) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito;
- 6) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os conditionalismos legais;
- 7) Promover a verificação domiciliária da doença nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 8) Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 9) Conceder o Estatuto de Trabalhador-Estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse Estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e artigos 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho);
- 10) Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;
- 11) Autorizar despesas de carácter urgente com a aquisição de bens ou serviços, até ao valor de € 150, no máximo mensal de € 500.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora delegados ou que venham a sê-lo até à data da publicação do presente despacho.

12 de Julho de 2005. — O Director Nacional, *Santos Cabral*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 7017/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) de 29 de Junho de 2005 e por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra de 8 de Julho de 2005:

Maria Teresa Abrantes Teixeira, técnica profissional de 1.ª classe da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — autorizada a transferência para o quadro de pessoal do INML para exercer funções no Gabinete Médico-Legal do Funchal, nas mesmas categoria e carreira, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Julho de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 16 576/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Julho de 2005:

Maria Helena Soares Rodrigues, auxiliar de serviços gerais, escalão 2, índice 142, do quadro deste Instituto — reclassificada, precedendo parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, como assistente administrativa, escalão 1, índice 199, do quadro do referido Instituto, considerando-se exonerada do lugar de origem com efeitos à data de aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Julho de 2005. — Pela Presidente, o Director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Assunção*.

Despacho (extracto) n.º 16 577/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 24 de Janeiro de 2005:

Berta Maria Correia Tavares, Hugo Rafael Moreira Morgado, Jorge Filipe Marques Afonso, Mário Lúcio de Pina e Sá, Paula Rita Pombeiro Godinho e Ricardo Jorge de Almeida Campos e Silva — admitidos para exercerem funções correspondentes às de técnico profissional de reinserção social, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com efeitos a 23 de Fevereiro de 2005, que vigorará pelo prazo de um ano, renovável, ficando afectos à Unidade Operativa da Vigilância Electrónica da Guarda, deste Instituto. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Julho de 2005. — Pela Presidente, o Director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Assunção*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Protocolo n.º 65/2005. — *Protocolo n.º 3/2000 — gabinete técnico local de Gondomar (lugares da Bela Vista e Barreiros, na freguesia de Fânzeres).* — No âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e as autarquias locais, prevista no artigo 7.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, o Governo, através da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, financia, ao abrigo do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas e apoia a instalação e funcionamento de gabinetes técnicos locais (GTL) que asseguram a preparação de tais operações.

Considerando que a Câmara Municipal de Gondomar apresentou a sua candidatura ao referido apoio financeiro, nos termos dos despachos n.ºs 23/90 e 19/93, do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, de 6 de Novembro e 31 de Março, respectivamente;

Considerando a conveniência da participação da Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCR Norte) no âmbito da acção de financiamento;

Entre a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), a Comissão Coordenação da Região